

Presentes:

Membros do Conselho:

Janaíara Moreira Seold Berbel – Coresan Campo Mourão; Judite Bartzike – Coresan Cascavel; Selfa Barbosa Vilela – Coresan Cianorte; Célio da Silva Correia – Coresan Cornélio Procópio; Ivori Fernandes – Coresan Francisco Beltrão; Dóris de Fátima Iastrenski – Coresan Guarapuava; Cláudia Regina dos Santos – Coresan Irati; Juliano Aparecido Fortunato – Coresan Jacarezinho; Martinha Wilchak Verneke – Coresan Laranjeiras do Sul; Kelly Franco de Lima – Coresan Londrina; Marilze Brandão de Assis – Coresan Maringá; Roseli Pittner – Coresan Pitanga; Adalberto Sabino – Coresan Paranaíba; Luciana de Fátima Alonso Kaiser – Coresan Pato Branco; Maria Isabel Corrêa – Coresan Ponta Grossa; Éder Silva Cordeiro – Coresan Umuarama; Marcia Cristina Stolarski – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento; Rosangela Mara Slomski Oliveira – Fundepar; Adriane Leandro – Secretaria de Estado da Saúde; Nicolas Floriani – Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Daniele Martin Sandri – IDR-Emater; Daisy Mara Jayme Maia – Sanepar; Afonso Takao Murata - Universidade Federal do Paraná.

Outros Participantes:

Ana Carolina Brolo de Almeida – MP Paraná; Roselene Sonda – MP Paraná; Miriam Fuckner – IDR-Emater; Sabrina Schuster – UFPR; Patricia Chiconato – Coresan Guarapuava; Talita Slota Kutz – Coresan Francisco Beltrão.

Justificativa de Ausências: nenhuma justificativa oficial registrada.

Pauta:

- Abertura e aprovação da pauta
- Informes DESAN (Compra Direta Paraná e novo PAA Federal)
- Adesão SISAN/Editais e convênios SEAB
- CEDCA/participação SEAB
- Formação de mulheres
- Articulação paranaense de agroecologia
- MP/Adesões SISAN
- Plenária final

Memória: Dando início à reunião, a presidente Roseli Pittner dá boas-vindas aos presentes e encaminha a aprovação da pauta da proferida reunião. A conselheira Maria Isabel parabeniza as mulheres eleitas como vereadoras e prefeitas na eleição 2020. Aproveitando o ensejo, o conselheiro Ivori enaltece a importância de conscientizar os novos eleitos para as pautas da segurança alimentar. A conselheira Maria Isabel destaca que esse trabalho de conscientização deve ser feito inicialmente nas associações de prefeitos. O secretário Valdenir clarifica que é prudente aguardar as eleições das associações regionais, bem como da Associação de municípios do Paraná. Na sequência, a

conselheira Márcia Cristina dá início a sua fala sobre as atualizações do DESAN, começando por informar o número de adesão ao SISAN de cada mesorregião do Paraná. Salienta que embora haja 168 adesões no estado, equivalendo a uma adesão de quase 40%, a mesma está pouco uniforme, não atingindo a projeção esperada de 50% até o fim do ano. O secretário Valdenir Veloso relembra que antes da pandemia o plano era atingir 200 municípios, no entanto, durante a pandemia muitos municípios pararam suas atividades. Continuando com as atualizações, a conselheira Márcia Cristina fala sobre o Leite das Crianças, informando que foi preciso fazer uma tratativa especial com o CEDCA para garantir os 30 milhões restantes para fechar os 100 milhões desse ano, gerando uma demora nos pagamentos para os produtores. No prosseguimento, Márcia Cristina apresenta os principais resultados da pesquisa realizada com cooperativas e entidades filantrópicas sobre a Compra Direta Paraná. Entre todos os resultados obtidos na pesquisa, ela destaca a necessidade de um preço especial para os produtos em transição orgânica, e que é preciso haver também um respaldo na legislação, tendo em vista uma discordância anterior por parte da Procuradoria do Estado, devido a uma inexistência de legislação. Em relação ao PAA, Márcia Cristina destaca que 56 municípios paranaenses estão operacionalizando e que o Paraná foi contemplado em duas novas portarias, totalizando R\$ 7.360.000,00. Informa também sobre a necessidade de agregar outros municípios à lista da primeira portaria, mas que há uma dificuldade de estabelecer contato com os municípios por conta da campanha eleitoral e da alternância de gestor. Finalizando, Márcia Cristina informa que em 2020 a SEAB concluiu a entrega dos 105 kits para Modernização das Centrais Públicas de Recebimento e Distribuição e que houve uma prorrogação do Programa do PDA até dezembro de 2021. Dando prosseguimento à pauta, Valdenir Veloso informa que solicitaram ao Senhor Governador a inclusão da SEAB junto a uma cadeira no CEDCA. E que, após o processo ir para Procuradoria Geral do Estado, obtiveram, como resposta, uma requisição para fazerem uma proposição de alteração de lei na parte governamental. O Secretário conclui sua fala solicitando uma conversa com a presidente do CEDCA para averiguarem qual pasta cederia uma cadeira ou se criaria uma nova cadeira. Na continuidade, os conselheiros aprovam a solicitação de uma cadeira para que o DESAN participe do CEDCA. A presidente Roseli Pittner, na sequência, relata sobre a baixa participação dos conselheiros durante as discussões. Salienta também que é importante que o suplente ou o titular façam-se presentes, pois, sem a efetiva presença dos conselheiros, o Estado do Paraná perde a sua força nas discussões sobre SAN. Retomando a pauta Adesão ao SISAN, a conselheira Márcia Cristina esclarece algumas perguntas e fala sobre a vulnerabilidade dos municípios que não possuem SISAN. Sinaliza que é necessário avaliar direito como estimular de um lado as adesões e a consequente liberação de recursos, sem que a pobreza se agrave ainda mais. O Secretário Valdenir salienta que o ideal é privilegiar a liberação de recursos em 2021 aos municípios com adesão e Plano Municipal vigente, fortalecendo o DESAN ao indeferir pedidos. A presidente Roseli Pittner, na sequência, recebe a aprovação da maioria dos conselheiros em relação aos casos omissos de adesão ao SISAN e liberação de recursos estaduais, para que sejam discutidos pelo CONSEA e pelo Departamento de Segurança Alimentar as condicionalidades econômicas e sociais de cada município. Dando continuidade à pauta, Talita Kutz relata que a Articulação Paranaense de Agroecologia iniciou o diálogo em 2018 juntamente com as pessoas que integravam a Câmara Setorial de Agroecologia, ligada ao CEDRAF, e a Comissão de Produção Orgânica (CPORG), ligada ao MAPA. Talita informa que na época inicial da Câmara já era discutido sobre um espaço que abrangesse as questões mais amplas das lutas e dos movimentos, e para que oportunizassem a participação de outros agentes na Articulação. Atualmente, ressalva Talita, a discussão principal busca trazer as experiências de outros estados e de outras articulações, com o intuito de melhorar a atuação da Articulação. Seguindo para a próxima pauta, Roselene Sonda saúda os presentes e dá alguns esclarecimentos: O Ministério

Público trabalha com uma plataforma denominada Atuação e que nessa plataforma são demonstrados indicadores sociais de assistência e saúde, entre outros. Em relação a segurança alimentar, ela menciona que para monitorar os registros de adesão, o departamento do Ministério Público elaborou um mapa que agrega todas as fontes de informações registradas de 2018 à 2020, e que por conta disso, o registro de adesão apresenta inconsistências. Roselene finaliza sua fala propondo um estudo do mapa para criar estratégias e promover reuniões com os novos prefeitos, assim tendo um maior reforço nas áreas com um número não satisfatório de adesões. A presidente Roseli Pittner agradece a contribuição e parabeniza pelo projeto, pois é um instrumento que pode nortear todos os gestores em relação ao processo. Em seguida, Ana Carolina, assessora do MP, aborda outro ponto: seria bastante produtivo estabelecer um fluxo de informações com o CONSEA, e sugere que a cada determinado período de tempo se alimente a tabela com informações já sistematizadas. Após discussão, o plenário aprova a indicação do secretário Valdenir Veloso para alimentar as informações do sistema Atuação do MP. Subsequentemente, a conselheira Maria Isabel dá início a pauta sobre mulheres, informando a sugestão de tema a ser debatido nos cenários de violação de DH: “a fome tem Gênero?” Ela solicita também a procura por três mulheres que possam fazer uma análise desse momento de violação de direito humano. Ao término da reunião, foi deliberado por tornar a Câmara de Direitos Humanos responsável pela organização do evento Mulheres, e também para que se averigüe como o decreto 735 está tramitando na Câmara. Em relação à Câmara, ficou aprovado o nome da conselheira Claudia Santos para coordenar os trabalhos da mesma. Para finalizar a reunião ordinária, a presidente Roseli Pittner encerra desejando saúde a todas e todos e agradece a participação nas discussões do dia.

Subscreve a memória:

Valdenir B. Veloso NETO
Secretário Executivo CONSEA/PR
Agente Técnico Profissional SEAB